

Pensando a geografia a partir de uma ferramenta geográfica: o percurso¹

Paulo César da Costa Gomes

Professor Titular, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562020e40225>

Há sempre um verdadeiro prazer em evocar um assunto que, sem dúvida, se situa entre aqueles que possuem o mais forte impacto e a maior importância na reflexão sobre a Geografia: a natureza do raciocínio geográfico, seu alcance e sua relevância. Devido à complexidade do assunto, é necessário empreender um esforço suplementar nesta apresentação para que a discussão tenha um formato simples e breve, sem, no entanto, comprometer a profundidade e a erudição demandadas em seu tratamento.

Para isso, eu proponho que me acompanhem em um percurso, ao cabo do qual espero surgir uma modificação na maneira de compreender a Geografia. O percurso previsto é composto por sete (7) etapas, estações ou passos.

Para motivá-los a me seguir nesse percurso, concebi seu ponto de partida como um pequeno enigma que será, aos poucos, revelado. Evidentemente, o enigma só será assim desvendado se o encadeamento das estações ou paradas previstas tiver sido bem selecionado, ou seja, se a escolha do roteiro e das paradas que compõem o percurso houver sido acertada.

O enigma se apresenta a partir de três imagens. Não são imagens raras. Fazem parte da vida comum de muitas pessoas e têm finalidades objetivas e fáceis de serem compreendidas por todos. A primeira é uma tabela, do tipo que associa duas variáveis, nesse caso preciso, localizando-as pelos continentes. Não é importante, aqui, considerarmos o conteúdo que ela exprime, as variáveis poderiam ser outras, os valores também. Sugiro que nos concentremos na forma como o conteúdo se apresenta. De que maneira está organizado, quais as regras básicas para lermos esse documento? A segunda imagem é uma tomografia, especificamente, aqui, a que representa um abdômen. Igualmente, nessa imagem, para os nossos propósitos, pouco importa a parte do corpo que é contemplada ou o eventual diagnóstico de uma patologia exibida pelos contrastes. Mais uma vez, o interesse aqui são os princípios que regem a organização do conteúdo e, portanto, condicionam a interpretação dessa imagem. Finalmente, a terceira

¹ Esse texto é o resultado da transcrição da *Aula Magna* proferida para o Departamento de Geografia da UnB, em 15 de setembro de 2020, a convite do Professor Dr. Daniel Abreu de Azevedo. O texto fez mínimas alterações naquilo que foi oralmente apresentado e o autor convida a todos aqueles interessados a mais detalhes a ler o livro *Quadros geográficos. Uma forma de ver. Uma forma de pensar* (Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2017), no qual há uma visão mais ampla e completa dos propósitos aqui apresentados.

imagem, corresponde a uma partitura musical. Trata-se de um conjunto de convenções generalizadamente usado para transcrever músicas. As mesmas recomendações feitas para as outras imagens valem para essa. Pouco importa a música, seu compositor ou outros aspectos intrínsecos a ela. O convite é para que se pense essa imagem como uma forma de escrita, o que, aliás, essencialmente ela é.

O enigma consiste em descobrir o que estas três imagens têm em comum na forma como apresentam seus respectivos conteúdos. Há alguma similaridade na maneira como organizam seus temas tão particulares? Como lemos essas imagens? Como elas poderiam interessar a uma discussão geográfica? De fato, a pergunta essencial colocada por esse enigma é: por que essas imagens podem ser pensadas como *geográficas*?

Com essa questão em mente, podemos seguir as pistas dispostas ao longo do percurso previsto.

A primeira estação ou primeiro passo nos leva a um lugar que muitos de nós já conhecemos. Trata-se do comum apelo para o entendimento da natureza da Geografia ou, de modo mais simples, sua apresentação pela etimologia. Quantas vezes ouvimos que *geo* quer dizer Terra em grego (*Gaia*) e *grafia* é a escrita ou descrição e, por isso, a Geografia seria a ciência que estuda e desenvolve a descrição da Terra? Ao revisitar essa estação ou o procedimento de análise etimológica, nos é permitido contestar uma parcela dessa afirmativa habitual. *Grafia* provém do verbo grego *graphein* e, no sentido mais preciso, pode ser traduzido como gravar, inscrever, registrar, deixar rastros. Em outras palavras, a maneira de ser da Terra deixa um registro na sua forma, há uma imagem, uma escrita, que revela essa maneira de ser. *Geografia* pode ser, então, entendida como o estudo dos vestígios desses processos que ocorrem na Terra e que se inscrevem em sua superfície, em seu corpo. A ideia pode, à primeira vista, parecer difícil de compreender, mas consideremos a palavra fotografia. Ela é formada de maneira análoga: foto (*phos*) significa luz em grego, então, fotografia pode ser compreendida como o processo pelo qual um conjunto de reações químicas desencadeadas pela exposição à luz produz uma imagem sobre uma superfície que registra os traços materiais dos corpos e formas. Não é o conjunto dos corpos em sua materialidade, é a imagem deles, é o registro da maneira como esses corpos se apresentam em um determinado lugar, em determinado momento.

Essa primeira parada nos colocou na pista de uma palavra central, *imagem*, e isso nos leva ao segundo ponto do percurso.

Em torno dessa noção de imagem se desenvolveu um imenso campo de discussões que, infelizmente, não podemos acompanhar, pois nos perderíamos dos propósitos inicialmente

previstos. Haveria, sem dúvida, muitas coisas a dizer sobre o tema, mas nosso ponto de observação, nossa parada, irá se ater apenas a alguns aspectos de duas importantes doutrinas filosóficas que estabelecem dois estatutos muito diferentes para as imagens: o platonismo e o estoicismo. Ambas datam da Antiguidade, seus principais enunciados foram praticamente contemporâneos e tiveram origem na bacia oriental do Mar Mediterrâneo.

Uma das passagens mais conhecidas nos escritos deixados por Platão é a alegoria da caverna, presente nos diálogos da obra *A República*. Nessa alegoria, pessoas desde sempre acorrentadas em um muro dentro de uma caverna, pelo reflexo da luminosidade de uma fogueira, veem imagens que se projetam sobre a parede ao fundo. Essas imagens são sombras de estatuetas, de homens e animais, que são transportadas por um caminho atrás do muro. Ao vê-las, as pessoas que estão acorrentadas tomam essas sombras por coisas vivas, confundem as vozes das pessoas que as transportam com as vozes das estatuetas. Se um dos indivíduos conseguisse sair da caverna e visse as coisas como verdadeiramente são e, posteriormente, voltasse e falasse sobre isso aos outros que permaneceram acorrentados, ninguém acreditaria em seu relato. Essa alegoria serve para distinguir dois planos muito diversos: o das coisas verdadeiras e o das cópias imperfeitas delas, o conhecimento da opinião, a *episteme* da *doxa*, distingue, enfim, a essência da aparência. Nessa compreensão, as imagens nos enganam, são simulacros das coisas ideais e verdadeiras.

O platonismo tem ainda muito vigor entre nós e facilmente nos convencemos de que as imagens são instrumentos para a falsificação. Dentre os inúmeros casos possíveis que poderia citar, há o livro de Mark Monmonier, *Como mentir com mapas*². Longe de ser um caso excepcional, o livro é apenas um dos exemplos, dentre muitos outros, que denunciam o poder das imagens em veicular conteúdos ou ideias deliberadamente comprometidas com pontos de vista falaciosos. Na bibliografia anglo-saxônica das ciências sociais, há mesmo um conjunto de reconhecidos autores franceses, identificados como *french theory*, que compartilhariam e divulgariam em suas obras essa “necessária” desconfiança. O receio de que as imagens transmitam falsos conteúdos e compreensões não existe somente na ciência e no senso comum. Nas chamadas *Religiões do Livro*, há uma explícita condenação ao seu uso e o culto de imagens deve ser banido, segundo um dos preceitos bíblicos. Igualmente no Islamismo, a representação de formas humanas ou animais deve ser eliminada de qualquer ligação com o sagrado. Somente é admitida a representação da *Mão de Fátima*, que indica os cinco grandes princípios a serem seguidos pelos islâmicos.

² Monmonier, Mark (1991) *How to Lie with Maps*. Chicago University Press.

Em diversos momentos da história houve a eclosão de importantes movimentos sociais que condenavam a adoração de imagens. Um desses momentos se associou a outras reivindicações e ficou conhecido como *Reforma*. Todas essas reações conhecidas como iconoclasticas são testemunhos eloquentes da crença que as imagens nos enganam, pretenderiam conter a substância do divino, mas seriam apenas falsificações. Em termos mais gerais, as imagens pretendem apresentar um conteúdo, mas nos desviariam do verdadeiro acesso a ele. Tudo isso, como vimos, encontra forte consonância com os preceitos do platonismo.

Já na doutrina filosófica do estoicismo ocorre exatamente o contrário. A contemplação ou observação do mundo é a única forma de acesso para conhecê-lo. A maneira como os fenômenos nos aparecem é a manifestação daquilo que eles são e estudar as inscrições que esses fenômenos deixam seria desvendar a ordem cósmica que se oculta atrás do ilusório caos da diversidade. Não há dualidade entre essência e aparência: essa última é a expressão da primeira. Além disso, essa corrente desenvolveu a ideia de sistema e a apreciação dos fenômenos precisa, por isso, ser pensada como parte de uma concepção integrada e global, como um conjunto, o Cosmos.

Há numerosos pensadores identificados com o estoicismo que são também, coincidentemente, repertoriados como precursores da Geografia em quase todas as obras que apresentam a história dessa disciplina na Antiguidade. De fato, esses pensadores se ocupavam de temas como a forma e o tamanho da Terra, suas proporções e possíveis representações (mapas, descrição de percursos, globos etc.) ou, ainda, com as causas de alguns fenômenos naturais (inundações, marés, formações geomorfológicas, gradientes de temperatura terrestre, limites da ocupação humana etc.), ou seja, se preocupavam com as inscrições, as marcas que caracterizavam a superfície da Terra, em outras palavras, sua organização e sua aparência.

Entre todos esses personagens da Antiguidade aos quais são atribuídos os primeiros passos no desenvolvimento da Geografia, dois se destacam particularmente e nos conduzem ao terceiro passo ou etapa do nosso percurso.

Estrabão e Ptolomeu são unanimemente identificados como dois grandes pioneiros de um novo conhecimento hoje associado à Geografia. O primeiro escreveu uma obra monumental de 17 volumes denominada *Geografia*, na qual todas as partes do mundo conhecido eram descritas. As descrições se baseavam em relatos de viagem de outros autores e nas observações pessoais de Estrabão (63 a.C. a 24 d.C.). A primeira parte do trabalho se dedicava à discussão da forma da Terra, suas medidas e distribuição dos fenômenos, e o restante do livro reagrupava as informações por regiões.

Quanto a Ptolomeu (90 – 168), ele é reconhecido tanto por seus trabalhos em matemática, astrologia, astronomia, quanto em geografia e cartografia. Escreveu o *Almagesto* (O Grande Tratado), que constitui uma síntese dos trabalhos de astronomia de Aristóteles, Hiparco, Posidônio e outros. São treze volumes, com tabelas de observações de estrelas e planetas e com um modelo geométrico do sistema solar segundo uma lógica geocêntrica. Ele acreditava que os corpos celestes eram melhor conhecidos, podiam ser diretamente observados, enquanto a Terra, não podendo ser contemplada diretamente como um todo, carecia de uma compreensão mais global. Por isso, todo o projeto de sua *Geografia*, em oito volumes, foi conseguir desenhar um mapa que representasse sua superfície (do mundo conhecido) incluindo o cálculo rigoroso de coordenadas de latitude e longitude para diversos lugares. Para desenhá-lo, Ptolomeu inventou uma projeção cônica equidistante meridiana. Não se tem notícia se ele produziu ou não esse mapa-múndi, mas as instruções que deixou possibilitaram seu desenho, muitos séculos mais tarde, sobretudo quando ele e Estrabão foram traduzidos e publicados no Renascimento.

Ptolomeu deixou claro em sua proposta o fato de que para pensar a Terra seria necessário se ter dela uma imagem. Essa imagem deveria ser construída a partir do instrumental mais objetivo possível, a matemática e, uma vez obtida essa imagem da Terra, seu mapa e suas características apareceriam no desenho e veríamos harmonia, simetria e equilíbrio em suas formas. O desenho da Terra, seu mapa, era, assim, o elemento necessário que permitiria pensá-la.

A ideia de desenhar para pensar teve grande posteridade na Geografia e um exemplo disso nos leva à quarta etapa desse percurso: a invenção das isolinhas.

Como o nome indica, isolinhas são traçados de uma variável obtidos pela união de pontos que apresentam os mesmos valores – as mesmas temperaturas, a mesma altitude, a mesma pressão atmosférica, a mesma profundidade etc. A ideia é do final do século XVIII, mas a inspiração é bem antiga, afinal os paralelos e os meridianos nada mais são do que linhas imaginárias que ligam pontos da mesma latitude, medida da distância em graus em relação ao Equador; e a longitude, linhas imaginárias que acompanham o eixo da Terra e é medida pela distância em graus em relação a um meridiano de referência, modernamente o de Greenwich.

As isolinhas fazem aparecer faixas que representam intervalos de mesma magnitude de um fenômeno, ou seja, áreas com a mesma temperatura média, com a mesma altimetria, com a mesma profundidade e, simultaneamente, mostram também as discontinuidades, as mudanças abruptas ou o padrão das variações dessas grandezas.

Assim, quando vemos um mapa com cores diversas que dividem, por exemplo, as temperaturas médias sobre a superfície da Terra, percebemos imediatamente que aquilo que

deveria se apresentar como um padrão uniforme, em faixas regulares, variando apenas com a insolação, tem um aspecto ligeiramente diferente. Há áreas que apresentam fortes deformações na curva das temperaturas e sabemos que, naquele lugar, deve ter algum fator que altera fortemente a ação esperada da insolação.

Precisamos reconhecer aqui que o acesso a essa reflexão nos é dado pelo desenho que realizamos. Nada daquilo que está figurado nesse desenho existe da forma como nos está sendo apresentado: as temperaturas não se exprimem por cores diferentes, os meridianos e os paralelos são linhas imaginárias e as isolinhas e seus intervalos são um produto exclusivo do arbítrio daquele que concebeu o mapa. Ele estabeleceu que iria fazer um intervalo entre certas temperaturas e colocá-las na mesma cor (digamos entre 25° e 20° C) e essa escolha faz com que apareça uma faixa que gera certa visualização. Outros intervalos escolhidos fariam que, talvez, aparecessem outros elementos. Imediatamente, somos levados a perceber que há trechos onde esta faixa é mais larga ou mais estreita e, em ação reflexa, começamos a gerar um raciocínio que parte da seguinte pergunta: por que aqui é diferente? Essa pergunta implica em outra que se constrói logo a seguir: o que existe ali que poderia alterar as condições de temperatura?

Esse raciocínio, ou essa sequência de perguntas, busca uma conectividade entre coisas que estão co-presentes em uma mesma localização. O desenho nos permite pensar em coisas que aparecem em determinados lugares e a buscar correlações fundamentadas nessa circunstância espacial ou locacional. Pelo desenho que localiza e delimita coisas, sabemos que a altitude modifica a temperatura: onde a altitude é maior, as temperaturas são menores. Podemos até mesmo calcular esse gradiente e dizer que quando as curvas de nível aumentam aproximadamente 150 metros, a temperatura diminui 1°C. Analogamente, entendemos também que as correntes marinhas agem como fortes modificadores nas temperaturas de alguns litorais continentais, pois isso aparece no desenho e pudemos estabelecer a correlação ao olhar para ele. É possível, portanto, afirmar que, por esse procedimento, desenhemos coisas localizadas para poder pensar a partir de suas conectividades locais.

Com esse raciocínio construído, estamos aptos a partir para o quinto (5º) passo do nosso percurso: o nascimento da Geografia moderna.

São inúmeros os historiadores da Geografia que associam o nascimento moderno dessa ciência ao nome de Alexander von Humboldt (1769-1859). O primeiro grande trabalho dele, *Essai sur la Géographie de Plantes* (1804), foi o resultado de cinco anos de viagem pelas Américas e trazia no título uma curiosidade: dizia que era acompanhado por um quadro físico das regiões equinociais. Há muito o que dizer sobre o trabalho de Humboldt, mas queremos nos

deter aqui apenas ao *quadro* que acompanhava a geografia das plantas. Em francês o *quadro* recebe o nome de *Tableau Physique des Andes et pays voisins* e em alemão *Naturgemälde*.

Ao olharmos para ele, vemos uma gravura, uma imagem pictórica de uma montanha, o Chimborazo, no atual Equador, considerado à época o ponto mais alto do globo. Essa montanha é figurada com sua cobertura vegetal e é possível, por isso, notar as variações da densidade de vegetação ao longo da vertente: nas áreas mais baixas com alta densidade e, progressivamente, ficando mais rala à medida que se aumenta a altitude. Do outro lado do desenho da montanha, figuram os nomes de diferentes espécies assinalados segundo a altitude em que aparecem. Alguns indicam os limites altimétricos máximos alcançados pelas espécies vegetais. O desenho é completado por colunas que acompanham seus dois lados, totalizando 20. Cada uma delas corresponde a um tipo de observação rigorosamente associada ao nível altimétrico que acompanha o desenho. Podemos ler as informações seguindo uma orientação vertical ou cruzando-as de forma horizontal. Como todas as informações estão rigorosamente localizadas, podemos também estabelecer conexões entre elas a partir dessa localização. Por fim, podemos observar as grandes variações que *aparecem* quando varia a altitude. Essa foi uma das maiores contribuições do trabalho, isto é, mostrar que o padrão de variação da vegetação, densidade, características físicas e espécies, estava associado diretamente a certos níveis de altitude. Esses padrões da vegetação por altitude eram, aliás, semelhantes àqueles encontrados nas variações pela latitude. A variação da distribuição das espécies e suas associações correspondem a padrões regulares e podem ser explicados por um conjunto de variáveis que aparecem no desenho apresentado por Humboldt. Foi esse conjunto de informações assim organizadas que deram início ao que passou desde então a ser chamado de Biogeografia.

No quadro de Humboldt todas as informações são localizadas segundo um mesmo referencial – nesse caso a altitude – e suas variações podem, portanto, ser pensadas de forma conjunta, como um sistema (aquilo que ganha sentido quando está junto). Por isso, o quadro de Humboldt pode ser apresentado como um *sistema de informações geográficas*. Esse conjunto de reflexões apresentadas como derivadas diretas da organização das informações levando em conta sua localização é considerado como um marco do nascimento da Geografia moderna.

Podemos agora avançar mais um passo e sugerir que sempre haverá *quadros* geográficos quando informações diversas se apresentarem de maneira localizada, seguindo um mesmo referencial ou, quando as informações forem assim apresentadas, é possível atribuir o nome de *informações geográficas*. Esses sistemas são *quadros geográficos*, pois as informações estão

georreferenciadas e nosso raciocínio parte da conectividade locacional para estabelecer correlações. Esse é o nosso sexto (6º) passo.

O filósofo e historiador Michel Foucault já havia chamado a atenção para o fato de que a organização de quadros consistiu em um procedimento bastante difundido a partir do final do século XVIII para administrar e pensar conjuntos de diferentes coisas, inclusive de pessoas. Os Estados Modernos os utilizaram como modo operacional para organizar coisas e pessoas dentro de um espaço delimitado, os territórios nacionais. O que precisa ficar claro então é que esses *quadros*, quando apresentam informações georreferenciadas, são quadros geográficos.

A palavra “quadro” nunca foi objeto de investigação por parte dos geógrafos, porém fez parte do nosso vocabulário comum e aparece em diversas obras clássicas. Além de Humboldt que ainda escreveu um livro intitulado *Quadros da Natureza* e outro intitulado *Vistas da cordilheira*, outro livro muito conhecido, esse de um autor francês, também tem essa palavra no título. Trata-se do *Tableau de la géographie de la France*, de Paul Vidal de La Blache, publicado em 1903. Nesse livro, cada região da França é minuciosamente apresentada, sua descrição é detalhada e sempre o autor procura estabelecer correlações entre os diversos elementos descritos, sejam eles físicos ou sociais. Ele utiliza, muitas vezes nessa descrição, verbos que revelam sua intenção: pintar, desenhar, apresentar-se, delinear, etc. A palavra *quadro* não é utilizada no corpo do livro, mas o que se depreende da leitura ao fim é uma imagem de um país variado e complementar, equilibrado e estável. Ele pintou essa imagem com uma criteriosa e imagética descrição.

Por fim, podemos dizer que essa denominação de *quadros*, assim como a definição exposta acima, se aplica também perfeitamente aos mapas. Eles nada mais são do que a perfeita representação de recortes com informações variadas, rigorosamente localizadas e passíveis de serem pensadas em conjunto. Mapas são uma espécie de *quadros geográficos*, talvez os mais corriqueiros. Como outros, os mapas são meios para pensarmos, instrumentos (desenhos) que permitem que façamos correlações entre coisas seguindo a localização delas.

O penúltimo passo, o sétimo (7º), antes de voltarmos ao ponto de partida, tem relação direta com a atualidade e pretende mostrar como esses *quadros* são instrumentos essenciais para compreendermos fenômenos bastante variados.

Esse passo nos leva à história de um médico inglês, John Snow, e ao surto de cólera que se propagou pela cidade de Londres em meados do século XIX. O raciocínio desse médico partiu da observação de que nem sempre populações vizinhas ficavam doentes e, conseqüentemente, a compreensão que se tinha do contágio na época como transmitido pelo ar pútrido (a ideia dos

miasmas) se mostrava inadequada para explicar os surtos de cólera. A teoria dos germes, dos agentes patogênicos, só seria desenvolvida alguns anos mais tarde e John Snow, no começo, suspeitava que a doença fosse transmitida pela ingestão de algum tipo de comida ou pela falta de higiene no manuseio dos alimentos. Sem saber ao certo como poderia constituir relações de causalidade, ele resolveu estabelecer um método sistemático para levantar os dados: escolheu uma área de forte incidência e começou a reunir uma grande quantidade de pessoas que coletavam, casa a casa, o número de doentes. Em seguida, colocou esses dados em um mapa das ruas da cidade de Londres onde havia forte presença da doença. Ao examinar o resultado da coleta de informações no mapa era visível que havia uma parcela da população mais atingida e em seus arredores um número significativo de pessoas que não estava doente. Ele precisou então reconhecer o elemento que, naquele lugar, diferenciava esses dois grupos de pessoas – o que eles faziam de diferente que os protegia do contágio? Notou também que quase todo o grupo mais atingido se provia de água em uma bomba específica e seus vizinhos, que não tinham sido contaminados utilizavam outra bomba, próxima. Além disso, havia outra área onde não havia doentes e, coincidentemente, era aquela onde residiam trabalhadores de uma cervejaria que eram protegidos pelo processo de produção da cerveja que ingeriam. John Snow demonstrou, com as proporções de doentes por área, a certeza de que o contágio provinha da água, não de qualquer fonte, mas apenas de alguns pontos de abastecimento. Algum tempo depois se percebeu que a bomba contaminada, embora fosse como outras também abastecidas pela água do rio Tâmisa, ficava muito próxima da rede de esgotos e, por isso, apresentava alto índice de contaminação. John Snow é considerado o pai da epidemiologia moderna e seu método de pesquisa é muitas vezes denominado como método geográfico na literatura médica.

Esse exemplo é para demonstrar que John Snow criou um *quadro geográfico*, um mapa com informações precisas sobre os doentes e foi, a partir desse instrumento, que concluiu que a água de certas bombas era a causadora do surto. Pensar geograficamente não é um monopólio dos geógrafos, mas deveria ao menos ser bem reconhecido por eles como o instrumento de base na construção do conhecimento, com grande relevância e alcance e, por isso, deveria ser ensinado como elemento essencial dos cursos de Geografia em todos os níveis do Ensino Básico e também das universidades. Aulas de geografia deveriam ser usadas para ensinar a ver e a pensar geograficamente.

Se a educação geográfica fosse generalizada não assistiríamos, como hoje, os números de mortos e contaminados pela COVID-19 serem apresentados em totais, como uma grandeza absoluta. Quando muito, esses números são discriminados por unidades espaciais (estados da

federação, municípios, etc.) sem nenhuma capacidade para entender os padrões de variação e difusão da doença. A difusão foi, desde o século XIX, discutida e apresentada como um problema espacial e se constata em uma grave situação contemporânea o prejuízo que a ignorância geográfica pode causar. Políticas públicas são aplicadas indiscriminadamente sobre grandes áreas, sem a consideração das especificidades que poderiam ajudar a combater a disseminação. Onde está o raciocínio geográfico que deveria ser um guia na compreensão das epidemias?

Depois dessas considerações, inspiradas no exemplo da epidemiologia, podemos voltar ao ponto de partida do percurso. No reencontro com as três iniciais imagens, precisamos justificar a escolha e responder o que têm em comum e por que podem ter relação com a Geografia.

A primeira imagem da partitura deve nos lembrar de que essa escrita da música se define por duas condições que já foram aqui faladas: há um espaço, definido pelo pentagrama e as notas são distintas, pois ocupam diferentes lugares nesse espaço. Todas são lidas segundo um mesmo referente, nesse caso, a clave de Sol que, como o nome indica, é a chave que nos permite ler corretamente as notas associadas às suas localizações. Notemos que a transposição da leitura para o instrumento é feita pela analogia entre dois suportes: de um lado, a notação musical expressa na partitura e, do outro, o deslocamento da digitação no instrumento musical que constitui seu próprio universo espacial (o braço do violão, as chaves dos instrumentos de sopro, os teclados etc.). Nessa comparação poderíamos, sem muito esforço, dizer que a partitura funciona como uma espécie de “mapa” do percurso que guia o deslocamento dos dedos no instrumento e percorre o caminho indicado pelo desenho. Nem a partitura, nem a música têm relação com a Geografia, mas a forma de escrita guarda a correspondência com um *quadro geográfico*.

Os dois outros exemplos de *quadros geográficos* são agora mais imediatamente entendidos. A tomografia “mapeia” partes do nosso corpo e produz imagens. Essas imagens são interpretadas e correlacionadas com outros elementos ali localizados. Os sensores, sejam eles quais forem (ultrassons, ondas eletromagnéticas, raios X etc.), criam padrões de resposta regulares que permitem a análise de eventuais patologias ou anomalias. É nesse sentido, exatamente como as imagens de satélite, obtidas também por sensores que produzem imagens, que interpretamos. Tudo isso segue o mesmo protocolo antes descrito: informações localizadas e conectividade pela localização. Quanto à tabela, sua leitura depende diretamente da posição que cada célula exprime. A leitura é quase espontânea, sabemos “ler” as informações, pois estão localizadas segundo dois eixos definidos pelas variáveis. Nesse sentido, o gráfico, seja ele sobre

o que for, obedece a lógica que define o raciocínio geográfico, isto é, a interpretação depende diretamente da localização daquilo que está ali sendo representado.

Por isso, a Geografia é uma forma de ver e uma forma de pensar.

Há ainda uma última reflexão antes de concluir essa exposição. Foi utilizado aqui recorrentemente a ideia de percurso para construir a sequência dessa argumentação. Poderíamos até mesmo dizer a *sequência espacial da argumentação*. Percursos são comuns, por exemplo, na literatura das viagens iniciáticas. Nesse gênero literário, os heróis vão se transformando à medida que se desenrolam as aventuras contidas no percurso e, ao final, são como outra pessoa. Correlativamente, em muitas religiões, recomenda-se a peregrinação como uma experiência que introduz a pessoa a um novo patamar da fé. No islamismo, que manda que se faça a viagem à Meca pelo menos uma vez na vida, as pessoas podem, depois da peregrinação, acrescentar um sufixo ao seu nome, como prova de que já não são mais as mesmas, por terem passado por uma experiência transformadora.

Com todas as proporções guardadas, esperamos que esse modesto percurso tenha constituído uma oportunidade para pensarmos a Geografia de outra forma. De qualquer modo, deve ser levado em consideração o fato de que, para fazer essa demonstração, fizemos uso de um método que é ele mesmo comprometido com essa ideia geográfica de que as coisas ganham lógica pela posição que têm. A forma de fazer a demonstração foi, assim o esperamos, ela também geográfica.